TRANS-IDENTIDADES E EDUCAÇÃO: CISNORMATIVIDADE E POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS

TRANS-IDENTITIES AND EDUCATION: CISNORMATIVITY AND POLICIES FOR TRANS PEOPLE

Keo Silva[1]

Resumo: o presente artigo tem como objetivo problematizar questões emergentes a respeito das trans-identidades no campo educacional, onde a questão da evasão/expulsão escolar, assim como as políticas de inclusão para pessoas trans compõem a realidade precária nos espaços de ensino e produção de conhecimento. No ímpeto de estender o debate sobre o campo da produção de conhecimento e das produções feitas por pessoas trans, penso a partir do conceito de cisnormatividade como eixo dessa discussão. Paralelamente, discuto as emergências dos conservadorismos contemporâneos no Brasil e seu impacto nas políticas de inclusão da população trans, perpassando conceitos importantes para o debate, tais como: pânico moral; desigualdade e desempenho; precariedade.
Palavras-chave: cisnormatividade; trans-identidades; educação.

Abstract: this article has the objective to discuss trans-identities in the educational field, when expulsion/dropout, as well as inclusion policies for trans people that make up the reality of trans precarious of the knowledge production spaces. In order to extend the debate about knowledge field and the trans's production. I think the cisnormativity concept as the axis of this discussion. At the same time, discussing the emergence of conservatism in Brazil and how this impacts the inclusion policies and the trans population, permeating important concepts for the debate, such as moral panic, inequality and precariousness.
Keywords: cisnormativity; trans-identities; education.

1 INTRODUÇÃO

Ainda que um tema bastante pertinente, as reflexões sobre trans-identidades e educação chegaram ao debate público muito recentemente. Durante as primeiras décadas dos anos 2000, a principal reivindicação feita pela população trans na educação girava em torno da utilização do nome social, o qual, como política, possui seus limites institucionais e pode ser entendido como política precária (BENTO, 2014), ao passo que também possui o potencial para desenvolver as subjetividades (CORREA, 2018), sendo compreendida como uma política de permanência para alunes [2]trans (OLIVEIRA e SILVA, 2017). O nome social, enquanto política institucional tem sua importância em termos de inclusão da população trans no campo educacional, visto que a realidade de evasão/expulsão escolar (BENTO, 2011) muitas vezes é permeada pela falta de reconhecimento institucional da identidade de gênero de pessoas trans.

[1]Doutorando pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - UFSC, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação - UFSC, graduado em Ciências Sociais - UFSC. Membro fundador do núcleo de estudos das travestilidades, transexualidades e transgeneridades - NETRANS (ativo entre os anos de 2018 a 2020).
[2]Uso o pronome neutro "e" como forma de incluir todas as identidades trans, binárias e não-binárias.

Cabe ressaltar que 82% da população trans brasileira não consegue finalizar o ensino formal básico[3]. Assim como o desenvolvimento de políticas públicas que garantam o acesso ao ensino formal encontram entraves, pois não há um levantamento de dados oficial feito pelo Estado para tais questões. Os dados que se tem em relação a tal população trans são fruto de pesquisas desenvolvidas por organizações não governamentais, a exemplo das excelentes pesquisas realizadas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), importante associação que tem organizado dados fundamentais para pensar a realidade de pessoas trans no Brasil e pelos próprios sujeitos, como o senso sobre transmasculinidades realizado em 2017 por João W. Nery[4] (NERY e MARANHÃO, 2017).

É importante considerar também que a questão das desigualdades sociais relacionadas à população trans no Brasil faz parte de uma série de fatores que estão interligados, pois, na maioria dos casos, a exclusão tem início dentro do campo familiar, em decorrência do que se pode chamar de transfobia familiar (SCHUMAN, 2012; SILVA, 2019). A expulsão de casa é ocasionada pela intolerância à identidade de gênero, quando não é correspondente às expectativas da norma cisheterossexual. Ao serem expulsas de casa, pessoas trans, não conseguem também concluir o ensino básico formal. A falta de formação constitui uma realidade de exclusão do mercado de trabalho formal fazendo com que muitas vezes a prostituição seja a única fonte de renda desses sujeites. Desse modo, é possível pensar em uma reação em cadeia de exclusões constituintes dessas realidades. Tal realidade é permeada por aquilo que Judith Butler (2018) chama de precariedade, que pode ser definida pela ausência de políticas estatais que amparem a realidade de exclusão. As diversas violências que são subsequentes às negligências estatais, também compõem a realidade de precarização.

Deste modo, torna-se importante pontuar o desenvolvimento de algumas políticas que dão seguimento a perspectiva de inclusão social de pessoas trans no campo educacional. Desenvolvidas ao longo dos últimos anos no Brasil, fruto das lutas dos movimentos sociais e também de uma abertura política, que mesmo com muitas lacunas, preocupou-se em desenvolver ações que visem à inclusão social desse e outros segmentos populacionais, a exemplo da política de nome social e também das ações afirmativas para pessoas trans no ensino superior (SILVA e VAZ, 2020).

Assim, o presente artigo objetiva problematizar questões emergentes a respeito das trans-identidades[5] no campo educacional no campo educacional, resultado de algumas perspectivas teóricas apresentadas e discutidas na disciplina Educação e Desigualdades, no

[3] Pesquisa realizada pelo defensor público João Paulo de Carvalho Dias, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Diversidade da Organização dos Advogados do Brasil, seção do estado do Mato Grosso, no ano de 2016. Disponível em: http://especiais.correiobraziliense.com.br/violencia-e-discriminacao-roubam-de-transexuais-o-direito-ao-estudo. Acesso em: 11 dez. 2022.

[4] João Nery foi um dos ativistas pioneiros em relação às questões trans no Brasil. Também considerado um dos primeiros homens trans a fazer cirurgia de adequação de gênero, ainda no período da ditadura militar no Brasil, sua biografia é contada em seu livro "A viagem solitária" publicado em 2011.

[5] Uso esse termo e "pessoas trans" para me referir a diversas identidades trans: travestis, transexuais e transgêneros.

programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além de algumas teorias e reflexões utilizadas para fazer um breve comparativo sobre políticas para pessoas trans no Brasil e Uruguai. Metodologicamente, além das reflexões e revisões bibliográficas, me ancoro nas perspectivas sobre *mediscape* (RIAL, 2005), a partir de notícias publicadas em jornais e pesquisas que demonstram a realidade da população trans brasileira.

2 BREVE PANORAMA SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS E POLÍTICAS PARA PESSOAS TRANS

As ações afirmativas e políticas para pessoas trans são subsequentes ao processo de ampliação de acesso ao ensino superior, que como política governamental iniciou-se no Brasil no de 2008, por meio da implementação de ações afirmativas para pessoas negras e oriundas de escola pública e que passou a ser implementada nos programas de pós-graduação posterior a sanção da lei 12.711 (BRASIL, 2012). As ações afirmativas estão no escopo dos debates políticos há algumas décadas, debates como os desenvolvidos por Rodrigo Ednilson de Jesus e Nilma Lino Gomes (2014), nos quais identificam as representações sociais dos expositores da Audiência Pública sobre Políticas de Ações Afirmativas de Reserva de Vagas no Ensino Superior convocada pelo STF no ano de 2009.

Os autores também fazem considerações sobre a relevância das experiências de ações afirmativas e cotas raciais nas instituições, pontuando a importância de olharmos para essas políticas como questões estruturais e estruturantes da constituição social, a fim de que essas políticas, e seus desdobramentos, possam ser reconhecidos como componente fundamental para a construção de uma sociedade democrática, pluriracial e pluriétnica. Kabenguele Munanga (2001) também faz uma análise que pode ser vista como uma expressão dos primeiros debates sobre ações afirmativas no Brasil, destacando e refutando os principais argumentos contrários às ações afirmativas para negros e negras no país. Seu argumento é de que seria necessário além das ações afirmativas, pensar em estratégias políticas a curto e longo prazo para uma transformação social que leve em consideração a crítica ao mito da democracia racial e as questões estruturais de uma sociedade "branqueada" como o Brasil. Para esse autor:

> Numa sociedade racista, onde os comportamentos racistas difundidos no tecido social e na cultura escapam do controle social, a cota obrigatória se confirma, pela experiência vivida pelos países que a praticaram, como uma garantia de acesso, e de permanência neles, aos espaços e setores da sociedade até hoje majoritariamente reservados à 'casta' branca da sociedade. (MUNANGA, 2001, p. 34)

Pesquisas como as de Joana Célia dos Passos (2015) evidencia-se como no país a condição racial constituiu um fator de desigualdade ou privilégio/exclusão entre brancos e negros, da mesma maneira que apresentam os tensionamentos que aparecem após a implementação das ações afirmativas nas universidades brasileiras. Com destaque também às pesquisas que visam a inclusão de temas como as questões étnico-raciais, história da África, estudos afrobrasileiros, que ganham espaço e notoriedade após a Lei nº 10.639/2003.

Ainda na época do início dos debates sobre ações afirmativas, não se percebia uma expressividade de acesso e permanência de pessoas trans nas universidades, fato decorrente do não reconhecimento da identidade de gênero no campo educacional. No caso brasileiro, o que se pode afirmar é que a política de nome social foi a única política institucional que esteve relacionada ao acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior nas últimas décadas, após o processo de sua ampliação (MASSA, 2018; VAZ e SILVA, 2020), e que as experiências de ações afirmativas para pessoas trans ainda são muito recentes. No entanto, trazem ao debate público questões pertinentes, sobretudo, em relação à equidade no campo educacional.

3 A CISNORMATIVIDADE COMO FATOR DE PERMANÊNCIA E DESEMPENHO ESCOLAR

As políticas de acesso e permanência asseguram as questões mais básicas porém não parecem ser suficientes quando percebemos que os espaços de educação formal (escola e universidade) são constituídos e reafirmadores da cisheteronorma, a qual se manifesta em um jogo de opressões que nem sempre são perceptíveis a todos e acaba por traçar um desfecho, infelizmente bastante comum, de exclusão e marginalização mesmo dentro dos muros dos espaços de ensino (BENTO, 2011).

Desse modo, podemos construir a hipótese de que as chances de acesso e permanência não são iguais a todes, considerando que pessoas que não correspondem a tal norma (cis), são excluídas dentro e fora dos espaços de ensino, vide os altos índices de expulsão escolar de pessoas trans e os altos índices de pessoas trans que estão em situação de vulnerabilidade social. Tal questão pode ser exemplificada pelo baixo número de pessoas trans que conseguem acessar a universidade, fato atestado na pesquisa realizada pela Andifes, publicado em reportagem feita pelo jornal Folha de São Paulo (MAIA, 2019), onde, dos 424 mil estudantes entrevistados, 0,1% se identificam como homem trans e 0,1% se identificam como mulheres trans/travestis, representando uma parcela muito baixa em termos de acesso às universidades. Por isso a importância de políticas de acesso e permanência, assim como uma política de incentivo à população trans de concluir o ensino básico e acessar a universidade.

Perceber que boa parte da população trans brasileira não consegue finalizar os estudos somado à ausência de políticas públicas que visem contabilizar a população trans (para além da contabilização de nossas mortes), são questões que reiteram elementos importantes para a elaboração do argumento de que para pensar no desempenho e nas desigualdades existentes no campo educacional é fundamental também pensar nas singularidades das experiências, como proposto por Bernard Lahire (2004) e Claudia Fonseca (1999), no intuito de perceber quais fatores impactam sobre o sucesso e o fracasso escolar, além de suas diferentes variáveis.

Ao considerarmos que a escola é um espaço onde se reproduzem as desigualdades que estão iminentes em nossa sociedade, como elaborado por Pierre Bourdieu (1982), é inevitável perceber como a cisnormatividade é fator relevante para se pensar o binômio fracasso e sucesso escolar, assim como os marcadores sociais da diferença, tais quais a identidade de gênero e a orientação sexual.

É importante pontuar, como fez Tomas Tadeu da Silva (1990), que as temáticas de gênero e sexualidade são bastante novas no campo da sociologia da educação brasileira, mas não irrelevantes para se pensar na realidade educacional no Brasil. Questões relacionadas ao campo dos estudos de gênero se focaram majoritariamente em perceber as nuances das desigualdades entre homens e mulheres, meninos e meninas, mas pouco se preocuparam com as questões das diversidades sexuais e de gênero, ainda que tenham tido uma expressividade no campo das sexualidades (JUNQUEIRA, 2012). Talvez relegar isso à falta de preocupação seja um reducionismo o qual eu gostaria de evitar, então poderia dizer que dada a época em que tais pesquisas foram realizadas ainda não se percebiam as transidentidades e seus atravessamentos no campo educacional como relevantes frente às questões de sucesso e fracasso escolar. Certamente seria necessário pontuar que o apagamento dessa questão social também pode ser compreendido como transfobia estrutural (SILVA, 2019) ou cisnormatividade (VERGUEIRO, 2015) no campo da produção de conhecimento.

A pesquisa realizada por Maria Ligia Barbosa (2011), que pioneiramente pensou as questões das desigualdades e desempenho escolar a partir de uma abordagem interseccional de gênero e raça em sua análise sobre políticas públicas desenvolvidas no Estado de Minas Gerais, possibilitou observar as diferentes nuances e estruturas de poder que permeiam o desempenho dos alunos para além de suas capacidades cognitivas e dizem mais de uma ordem da estrutura escolar que novamente se apresenta como reafirmadora das estruturas sociais e, portanto, das desigualdades. A pesquisa de Barbosa, complexifica as questões de gênero e raça para pensar o desempenho, no entanto cabe pontuar que não considera a questão de identidade de gênero (cis/trans) como um marcador social da diferença. Pode-se compreender que a ausência desse marcador reflete também a ausência de alunes trans nos espaços de ensino na época em que a pesquisa foi realizada, reflexo dos

processos de exclusão mencionados acima.

Nesse aspecto, minha hipótese é que a cisnormatividade, conceito desenvolvido por Viviane Vergueiro (2015), reflete nos processos de ensino aprendizagem de alunes que não correspondem a essa norma social, por tanto podem ser pensadas como um marcador importante para refletir sobre o desempenho escolar.

A partir de Viviane Vergueiro (2015) podemos compreender cisnormatividade enquanto: "um conjunto de dispositivos de poder colonialistas sobre as diversidades corporais e de gênero, sendo tais dispositivos atravessados por outras formas de inferiorização, marginalização e colonização interseccionais" (VERGUEIRO, 2015, p. 72). Para entendermos como esse norma social opera em relação ao controle dos corpos, é necessário trazer ao debate outro conceito importante que nos mostra como se constituem as hierarquias sociais em relação aos corpos cis e trans. Para a pesquisadora transfeminista Letícia Nascimento:

> [...] a categoria analítica da cisgeneridade vai exatamente demarcar que diferenciação sexual binária é utilizada como critérios de diferenciação de identidades sexuais dos corpos. Além, a cisgeneridade impõe a consequente produção de uma hierarquia social que considerará abjeto todo corpo que foge à tal normatividade (NASCIMENTO, 2021, p.125).

Para elucidar melhor, algumas pesquisas já realizadas no campo educacional mostram essa realidade de exclusão e desrespeito que muitas vezes se convertem nos fatores de exclusão escolar de pessoas trans. Nesse caso, utilizo exclusão escolar, no ímpeto de uma reflexão mais ampliada referente a todos os espaços de ensino formal, escola e universidade.

De acordo com pesquisa realizada pela ABLGBT, em 2015, 73% dos alunos entre 13 e 21 anos que se declaram LGBT foram agredidos verbalmente na escola (SALDAÑA, 2016). Além disso, a mesma pesquisa demonstra que 60% dos estudantes entrevistados disseram se sentir inseguros no ambiente escolar. Dentro da escola 34,7% disseram que o banheiro é o lugar de maior insegurança e 36,1% disseram que se sentem inseguros nas aulas de educação física (SALDAÑA, 2016).

A pesquisa intitulada *Juventude na escola, sentidos e buscas. Por que frequentam*? (2015) publicada pelo Ministério da Educação (MEC) aponta que 15% dos alunos entrevistados não gostariam de ter colegas *gays* e trans na escola. Outra pesquisa realizada pela ANTRA e publicada em 2018 informa que 90% das pessoas trans no Brasil, principalmente mulheres trans e travestis, que não concluem o ensino básico e encontram na prostituição uma das possibilidades mais viáveis de sobrevivência (ANTRA, 2018).

Desse modo a cisnormatividade se expressa de diversas formas no ambiente de ensino, desde a ausência de materiais didáticos e de temas presentes no currículo que não

abordem as temáticas das trans-identidades, passando pelas experiências de desrespeito muitas vezes manifestadas nas relações entre alunos e professores como os dados demonstrados acima. Além de questões estruturais como a patologização e a moralização das trans-identidades, se manifesta também na ausência e pouca expressividade de produção de conhecimento feita por pessoas trans. Assim é possível pensar a cisnormatividade em diferentes nuances, que perpassam as esferas mais estruturais da sociedade até dimensões das relações sociais e que caracterizam também a precarização das vidas trans brasileiras. Impactando diretamente nos processos de ensino aprendizagem de pessoas trans no ensino, assim como a permanência em tais instituições.

Os mecanismos de exclusão que por vezes geram evasão/expulsão escolar já foram pensados por alguns pesquisadores e pesquisadoras trans, a exemplo das reflexões feitas por Luma Andrade (2012) como os processos de exclusão involuntária, assim como os processos de silenciamentos percebidos por Kaio Lemos e Jarles Lopes de Medeiros (2020), para ficarmos em dois exemplos. Algo que tenho refletido desde minha escrita de dissertação do mestrado diz sobre o constrangimento como um afeto recorrente nas trajetórias de alunes trans. Exemplos como trazidos nas pesquisas de Luma Andrade (2012) ao observar que uma de suas interlocutoras, aluna trans de uma escola no interior do Ceará, passou por diversas situações onde o constrangimento foi um afeto eminente. Um deles foi quando a diretora da escola em que essa aluna estudava a impediu de participar de uma gincana em que ela (aluna trans) representaria a escola, afirmando que seria vergonhoso para a instituição ser representada por uma aluna trans.

Outro exemplo, é da narrativa de Laura Martendal (2017) em seu trabalho sobre sua trajetória no ensino superior, que também deixa evidente, ao narrar que mesmo solicitando que a professora respeitasse seu nome e sua identidade de gênero, a professora insistiu em chamá-la no masculino diante da sala toda. Nesses termos, gostaria de destacar a idéia do constrangimento como um afeto político que acomete pessoas trans e LGB cis nos espaços de ensino, a exemplo das reflexões feitas por Glória Anzaldua (1987) a partir de sua experiência enquanto professora lésbica/*queer*, que percebe a vergonha como um afeto político que perpassou sua trajetória.

4 CISNORMATIVIDADE NA ARENA POLÍTICA E NA EDUCAÇÃO, NOTAS (DE ALERTA) PARA AS POLÍTICAS ANTI-TRANS

Certamente que a cisnormatividade ou a transfobia institucional não são questões novas dentro do campo educacional, apesar de só recentemente tornarem-se temas de reflexão dentro do campo da sociologia e antropologia da educação, esse último como apontado por Oliveira (2021) permeado pela interdisciplinaridade. Tais questões tornaram-se pauta de um dos planos de governo como a política intitulada Brasil sem homofobia em

2004 e também foram abordadas nos materiais didáticos que seriam distribuídos nas escolas em 2014, intitulado de *kit* anti-homofobia, no intuito de combater o preconceito e a discriminação. Material que foi vetado pela ala conservadora da política nacional nesse mesmo ano.

Tais questões tornaram-se bastante complexas, pois o cenário político e educacional brasileiro viraram uma arena de disputas ideológicas e morais, constituídas pelo avanço do conservadorismo onde corpo, gênero e sexualidade estão no centro do debate (CÉSAR e DUARTE, 2017). O veto ao *kit* anti-homofobia foi apenas o início do que Marco Aurélio Prado e Sonia Correia (2018) chamaram de cruzadas anti-gênero e agora na segunda década dos anos 2000 se reverbera no campo legislativo, a exemplo dos inúmeros projetos de leis que correm na câmara legislativa que tentam vetar, impedir e colocar entraves nos debates sobre gênero e sexualidade no campo educacional. Coloco em destaque dois deles: o PL 5248/2020 que visa o veto do uso da linguagem neutra nos materiais didáticos e nos documentos escolares e a anulação do edital do vestibular com vagas destinadas a pessoas trans na UNILAB em 2019 (TAJRA, 2019), caracterizando um ataque direto à população trans.

Além desses dois exemplos, também houve a repercussão do uso do Pajubá, linguagem desenvolvida e utilizada pelas travestis no período da ditadura que tornou-se uma linguagem difundida e utilizada pela comunidade LGBTI+ no Brasil, nas prova do ENEM em 2018 (MARTINS *et. al.*, 2018). Dentre esses exemplos, são muitos os que poderiam ser citados para referenciar o pânico moral (RUBIN, 1984) e os ataques diretos à população trans diante os avanços do conservadorismo no país. Cabe destacar do ponto de vista político, que esses discursos que permeiam o campo da moralidade, disseminados pela ala conservadora, além de ser de todo um ataque à democracia, são também políticas anti-trans. Assim podemos dizer que a cisnormatividade compõe a moralidade que está em disputa tanto em termos sociais, quanto no desenvolvimento de políticas públicas. Ela cerceia o campo educacional em diversos âmbitos.

5 QUESTÕES (TRANS)GÊNERO E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO: UMA BREVE ABORDAGEM

Deslocando um pouco o debate, também cabe destacar que em algumas análises no campo da produção de conhecimento percebe-se maior presença de mulheres cisgêneras nas áreas de produção do conhecimento, em determinadas áreas, como a educação, em decorrência de outras que ainda reiteram a perspectiva hegemônica masculinistas, cisheteronormativa. Como destacado por Rial (2019), o campo antropológico é ocupado majoritariamente por mulheres (cis) atualmente, assim como Marrero (2006) percebe que no Uruguai o espaço universitário é também ocupado mais por mulheres (cis).

Adriana Marrero também destaca a existência de uma norma explícita e implícita na escola, e observa que por meio dela, as meninas têm melhor desempenho por se subordinarem à norma implícita. A variação no desempenho entre alunos e alunas também é atravessado por uma questão de classe, onde alunos de origem social menos favorecidas, têm um desempenho pior que as alunas de origem social mais favorecidas e que se subordinam à ordem implícita da escola. Tematizando também a questão da interseccionalidade dos marcadores sociais em relação ao desempenho escolar. Mas ainda invisibilizando o recorte sobre cis/transgeneridades.

A questão abordada por Marrero sobre a feminilização da educação no Uruguai, pode ser interpretada a partir do que a socióloga Raewyn Connell (2016) demonstra como ordem de gênero, que corresponde às políticas de inclusão pautadas no pequeno país. Longe de ser pensada isoladamente, a questão de gênero demonstra de muitas formas como se dão as organizações sociais em cada país, assim como os sistemas educacionais onde as questões de gênero não estão deslocadas desses processos. Desse modo, perceber esses jogos sociais e as relações de gênero que perpassam a educação são fundamentais para pensar as dinâmicas sociais dentro de recortes temporais e sistemas de governabilidade. Também é importante pensar que esse processo de educação/profissionalização das mulheres (cis) enquanto professoras é uma dinâmica global e que não está desconectada de uma perspectiva econômica.

Perceber tais questões revela dois elementos importantes, por um lado o desdobramento de políticas de incentivo às mulheres cis nos espaços de ensino, decorrente de políticas governamentais e de acesso. Que demonstra a assimetria entre as questões de gênero que se pautam no binômio homem/mulher (cis). O segundo elemento revela a ausência ou a pouca expressividade de pesquisadores/as trans no campo das humanidades, sobretudo pesquisadores transmasculinos, que pode ser percebido como reflexo desses processos de exclusão e invisibilidade que acometem a população trans. Pois mesmo havendo uma maior expressividade de mulheres, poucas são mulheres trans/travestis. Novamente reafirmando a transfobia estrutural e a cisnormatividade dentro dos espaços de ensino e produção do conhecimento.

Ao considerar tais questões estruturais e relacionais que imprimem uma realidade de exclusões e desigualdades para pessoas trans, é de extrema importância destacar as produções feitas por pessoas trans e por outres sujeitos que passam a fazer parte dos espaços de produção de conhecimento, a exemplo da produção bell hooks (1995), Neli Duarte (2017), e as produções realizadas por autores trans, como os trabalhos de Megg Rayara de Oliveira (2017), Luma Andrade (2012), Tiffany Odara (2020) e Abgail Campos Leal (2020) e minha própria produção enquanto homem trans/transmasculino como forma de resistência a esses processos de exclusão. Cabe destacar o potencial bélico e informativo que as produções de conhecimento feitas por pessoas trans representam em termos de

resistências às estruturas de poder que constituem o campo educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como argumentei ao longo do texto a cisnormatividade cumpre a função biopolítica de controle dos corpos no campo educacional, tornando-se elemento da produção das desigualdades escolares, fator importante para se pensar o desempenho escolar de alunes que não se "encaixam" nessa norma social, reverberando outras exclusões sociais e a precariedades.

Destaco os altos índices de evasão/expulsão escolar que refletem outros processos de exclusão, como a familiar, e tem um efeito direto em outros setores, como a impossibilidade de acessar o mercado de trabalho. Pensar o recorte sobre o desempenho escolar à luz das trans-identidades, também necessita a ampliação desse olhar, a exemplo do que chamei de reação em cadeia, percebendo que a precariedade que acomete a população trans brasileira tem início no campo familiar e se estende aos espaços de educação formal, impactando também o acesso ao mercado de trabalho. No campo da produção de conhecimento, tais exclusões também reverberam na invisibilidade epistemológica de pessoas trans, bem como nos baixos índices de acesso e permanência nas universidades, além dos processos de exclusão.

Saliento também que o debate sobre as políticas de ações afirmativas tem se amplificado nas duas últimas décadas, com ênfase nas questões étnicos-raciais. No entanto, as questões de gênero ainda aparecem como elemento coadjuvante, vide as políticas de inclusão de mulheres cis, no entanto, as questões que atravessam as trans-identidades ainda não têm a mesma expressão.

Como forma de transformação social ou justiça social frente a tais desigualdades, as políticas públicas desenvolvidas para pessoas trans, ainda que em seu molde precário, são fundamentais para garantir acesso à cidadania para a população trans, a exemplo da política de nome social, primeira política para pessoas trans no campo educacional (SILVA e VAZ, 2020). Certamente que a entrada e a permanência de pessoas trans no campo da educação, tanto na universidade quanto na escola, acabam por desestabilizar a ordem moral dos espaços de ensino que são normativos. Nesse sentido, é possível pensar que a violência que perpassa tais experiências têm consequências contundentes, como a questão do ensino e aprendizagem, um dos argumentos deste artigo.

Nesse sentido, políticas de combate a violência, como exemplo trazido da política Brasil sem Homofobia, são fundamentais para um espaço de educação mais plural e diverso. No entanto, se faz necessário considerar os efeitos dos avanços conservadores e das políticas anti-trans que chegam até os espaços de ensino e produção de conhecimento no Brasil. Colocando também sob ameaça as vidas e a permanência de pessoas trans nos espaços de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam (coord.). **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: por que frequentam? Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278 f. Tese (doutorado). Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ANTRA. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Antra, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**. The New Mestiza. Tradução: Carmen Valle. Madrid, España: Capitán Swing Libros S.L., 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016.

BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. **Desigualdade e desempenho**: uma introdução à sociologia da escola brasileira. Belo Horizonte/MG: Fino Traço, 2011.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Portal da Legislação**, Brasília, DF, 29 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, maio-ago 2011.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan-jun, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução: Fernanda Siqueira Minguens; revisão técnica: Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CÉSAR, M. R. de A.; DUARTE, A. de M. Governamento e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 141-155, out-dez, 2017.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais.** Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2016.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em Trânsito**: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil. 2017. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Florianópolis, 2017.

DUARTE, Nelly. Minha vida como estudante no mundo dos brancos. **Rev. Antropol**, São Paulo, v. 60, n.1, p. 35-46, 2017.

FONSECA, Claudia. Quando cada caso NÃO é um caso: pesquisa etnográfica e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, ANPEd, n. 10, p.58-78. 1999.

hooks, bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012.

JESUS, Rodrigo Ednilson de; GOMES, Nilma Lino. A "Constituição" da Nação Brasileira em Disputa: o Debate em Torno da (in)Constitucionalidade das Ações Afirmativas. **Revista TOMO**, n. 24, p. 85-107, jan-jun 2014.

JUNQUEIRA, Rogério. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa Pelúcio (org.). **Discurso fora da ordem**: sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Editora Ática, 2004.

LEAL, Campos Abigail. Me curo y me armo: a dimensão terapêutica e bélica do saber prete e trans. **Cadernos de subjetividades**, v. 1, n. 21, p. 65-70, 2020.

LEMOS, Kaio Souza; MEDEIROS, Jarles Lopes de. O nome que sou: Práticas e experiências de pessoas trans na educação. In: TORRES, Antonia Lis Maria Martins; MEDEIROS, Jarles Lopes de; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho (org.). **Direitos humanos para a diversidade**: diálogos transdisciplinares em educação. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

MAIA, Dhiego. Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans. **Folha de S. Paulo**, 20 maio 2019. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml. Acesso em: 11 dez. 2022.

MASSA, Jimena M. Nomes que importam: lutas pelo reconhecimento das identidades trans na UFSC. **A força da "situação" de campo**: ensaios sobre antropologia e teoria queer. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 179-198, 2018.

MARRERO, Adriana. O assalto feminino na universidade: um caso para a discussão dos efeitos reprodutivos do sistema educativo em relação ao gênero. **Revista Argentina de Sociología**, v. 4, n. 7, p. 47-69, nov-dez. 2006.

MARTENDAL, Laura. Relatos de minhas experiências na UFSC com relação ao uso do "nome social". In: GROSSI, Miriam Pillar; FERNANDES, Felipe Bruno Martins (org.). **A força da "situação" de campo**: ensaios sobre antropologia e teoria queer. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 171-178, 2018.

MARTINS, Leonardo; BEZERRA, Mirthyani; LOBEL, Fabrício. Bolsonaro critica questão do Enem sobre gays e promete exame com temas 'úteis'. **Folha de S. Paulo**, 5 nov. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/bolsonaro-critica-questao-do-enem-sobre-gays-e-promete-exame-com-temas-uteis.shtml. Acesso em: 11 dez. 2022.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul/dez 2001.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NERY, J. W.; MARANHÃO, E. M. A. Deslocamentos Subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. **Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 280-299, maio-out. 2017.

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência**: travestilizando a educação. Salvador/BA: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, A. A quarentena é branca: classe, raça, gênero e colonialidade. **REALIS**, v. 10, n. 1, jan-jun. 2020.

OLIVEIRA, A.; SILVA, K. Entre as políticas de inclusão e as estratégias: as experiências de pessoas trans* no ensino superior. **Revista Educação e Emancipação**, v. 10, n. 4, Dossiê Temático, 2017.

OLIVEIRA, Amurabi. Uma análise da antropologia da educação nas Reuniões Brasileiras de Antropologia (2000-2020). **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. – Curitiba, 2017. 190 f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PASSOS, Joana Célia dos. Relações Raciais, Cultura Acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 155-182, abr-jun. 2015.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 444-448, set-dez. 2018.

RIAL, Carmen. Mídia e sexualidade: breve panorama dos estudos de mídia. *In*: GROSSI, Miriam Pillar [*et al.*] (org.) **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RIAL, Carmen. "Até onde vão as antropologias do mundo: uma visão desde o Conselho Mundial de Associações de Antropologia". Texto presentado como **Conferencia Magistral V Encuentro Mexicano-Brasileño de Antropología** (V EMBRA), Ciudad de México 18 al 20 de Novembro 2019.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo**: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. Tradução: Felipe Bruno Martins Fernandes. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf. Acesso em 11 dez. 2022.

SALDAÑA, Paulo. 73% dos jovens LGBT dizem ter sido agredidos na escola, mostra pesquisa. **Folha de S. Paulo**, 21 nov. 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1834166-73-dos-jovens-lgbt-dizem-ter-sido-agredidos-na-escola-mostra-pesquisa.shtml. Acesso em: 11 dez. 2022.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, *[S. l.]*, v. 4, n. 05, 2012.

SILVA, Keo. **Dos saberes e outros trânsitos: percursos de alunos e alunas trans*, políticas de acesso e permanência, 7 anos depois da política de nome social**. 2019. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2019.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre F. Pessoas trans no ensino superior: lutas por acesso e permanência, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (2012-2015). **R.crít. cult.**, Universidade do Sul de Santa Catarina, Santa Catarina, v. 14, n. 2, 2019.

SILVA, Keo; VAZ, Alexandre F. Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior: comentários acerca de sua implementação. **Poled – Políticas Educativas**,

Dossier: Políticas educativas para la inclusión de jóvenes que finalizan la escuela secundaria e inician el nivel superior, v. 13, n. 2, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A sociologia da educação entre funcionalismo e o pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. **Revista em aberto**, ano 9, n. 46, abr-jun, 1990.

TAJRA, Alex. Bolsonaro: MEC intervém, e universidade anulará vestibular para tansexuais. **Uol**, 16 jul. 2019. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/07/16/bolsonaro-mec-intervem-e-universidade-anulara-vestibular-para-transexuais.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

Recebido em 11/12/2022
Aceito em 27/02/2023